

ADSE

SINTAP vota contra o parecer favorável do CGS à proposta de Orçamento apresentada pelo Conselho Diretivo

O SINTAP não pode concordar com a proposta de Orçamento para 2024 apresentada pelo Conselho Diretivo da ADSE, pelo que, em reunião do Conselho Geral e de Supervisão (CGS), tendo sido o seu representante o único a votar contra o parecer favorável ao documento que aquele órgão consultivo aprovou.

A justificação deste voto contra reside no facto de a **proposta de Orçamento do Estado para 2024** referir que *“os trabalhadores em funções públicas das autarquias locais gozam dos benefícios concedidos pela ADSE, nos mesmos termos que os trabalhadores da administração central do Estado, assumindo a ADSE, a responsabilidade financeira pelos cuidados de saúde prestados àqueles trabalhadores”*, ou seja, transfere para a ADSE o ónus do pagamento dos cerca de 80 milhões de euros de despesa com os beneficiários das autarquias, podendo colocar em causa a sustentabilidade do sistema, além de poder vir a provocar atrasos nos reembolsos, uma vez que os serviços centrais da ADSE serão “inundados” por processos de reembolso de um universo potencial de mais cerca de 230 mil beneficiários.

O SINTAP, apesar de considerar que as autarquias não devem ser prejudicadas face aos demais empregadores públicos no que respeita ao pagamento das despesas com os beneficiários, **defende que essa despesa deve de ser compensada por via do Orçamento do Estado, de forma direta, ou através de contribuições oriundas dos empregadores públicos, e não suportada pelo dinheiro dos beneficiários.**

Acresce o facto de o Orçamento da ADSE para 2024 prever um substancial acréscimo da despesa (para além das dezenas de milhões acima referidas), sem que a esse aumento corresponda um aumento da receita.

O SINTAP, lembrando que a ADSE é hoje exclusivamente financiada pelos trabalhadores da Administração Pública, que mensalmente contribuem com 3,5 % dos seus salários, defende também que não é aceitável que o Governo disponha desse dinheiro “a seu bel-prazer”, e que é possível baixar as contribuições dos beneficiários, optando por um sistema que volte a colocar todos os empregadores públicos como contribuintes líquidos do sistema.

O SINTAP não compreende os motivos que levaram a que os demais representantes dos beneficiários no Conselho Geral e de Supervisão da ADSE votaram pela aprovação de um parecer favorável a uma proposta orçamental que, prevendo um aumento significativo e sem contrapartidas das despesas, é, de forma evidente, prejudicial aos interesses dos beneficiários da ADSE e à própria sustentabilidade deste importante subsistema de saúde.

Nestas circunstâncias, o SINTAP vai promover uma campanha nacional pela defesa da ADSE, solicitar uma reunião com carácter de urgência com o Ministro das Finanças para discutir as matérias relacionadas com este subsistema de saúde, bem como reuniões com a 5ª (Orçamento e Finanças) e a 13ª (Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local) comissões parlamentares, com a mesma finalidade.

Lisboa, 31 de outubro de 2023